



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES Subcomissão Especial Rio+20		
EVENTO: Seminário	Nº: 1 129/11	DATA: 11/08/2011
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h23min	DURAÇÃO: 02h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h13min	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO ABRAMOVAY – Professor da USP.
TONY GROSS – Representante do Instituto Socioambiental.

SUMÁRIO: Seminário sobre o tema *Radar Rio+20 — os Caminhos da Sustentabilidade.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Boa tarde a todos e a todas. Após um breve intervalo, nós reabrimos neste momento o Seminário *Radar Rio+20 — os Caminhos da Sustentabilidade*, uma realização da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, por meio da Subcomissão Especial Rio+20 da Câmara dos Deputados.

Sem dúvida nenhuma, as preocupações que existem hoje não apenas em nosso País, mas em todo o mundo, no sentido de assegurar que o desenvolvimento seja condicionado à sua sustentabilidade, passa a ser uma demanda que envolve toda a sociedade.

Evidentemente, numa quinta-feira, os senhores e as senhoras sabem que há uma agenda muito especial e muito particular para os Deputados da Câmara.

Queria cumprimentar todos os que participam deste debate, que já participaram na parte da manhã e que vão dar continuidade a esta reflexão. Quero, sobretudo, cumprimentar os palestrantes, que são pessoas que se dedicam à compreensão de que a sustentabilidade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento humano.

Queria convidar para compor a Mesa o Sr. Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo — FEA/USP, que discorrerá sobre o tema Economia Verde, ao mesmo tempo em que eu tenho a satisfação de também convidar para compor a Mesa o Sr. Tony Gross, representante do Instituto Socioambiental, que fará uma explanação sobre o tema Governança.

Passo, neste momento, a palavra ao nosso primeiro expositor, Sr. Ricardo Abramovay, professor da USP, que falará sobre o tema Economia Verde.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY- Boa tarde a todos. É uma satisfação e uma honra estar na Câmara dos Deputados, nesta Comissão, para contribuir nas reflexões e, tanto quanto possível, nas tomadas de decisão a respeito da Rio+20.

Eu estou chegando de 2 dias de reunião no Instituto Ethos, em que esse tema foi crucial.

Eu queria, antes de tudo, além de agradecer à Deputada e à Comissão, agradecer ao Instituto Socioambiental, ao Vitae Civilis e ao Centro de Estudos de



Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas pela oportunidade de participar desse evento que se realizou em São Paulo.

Bom, o título que eu coloquei para esta exposição tem como base a seguinte constatação: quando se fala em economia verde, tanto aqui no Brasil, jornalistas e intelectuais, como também na comunidade internacional, há uma imensa desconfiança. Essa desconfiança, em parte, é razoável e bem fundamentada e, em parte, é exagerada. Eu vou tentar mostrar esses dois lados.

O Embaixador Corrêa do Lago, que tem uma presença muito significativa na organização da Rio+20, mostrou, ao final da conferência, que vários países em desenvolvimento receiam que, por trás da economia verde, se escondam novas formas de dominação, em que haveria uma espécie de domínio tecnológico dos caminhos capazes de produzir energia limpa e de usar de forma limpa a energia por parte dos países ricos, ampliando a dependência dos países pobres, sem que se coloque o acento na questão da pobreza.

A exposição que eu prepararei procura mostrar o seguinte: o nosso problema maior hoje na compatibilização do funcionamento do sistema econômico com a preservação dos serviços ecossistêmicos básicos, que estão ameaçados — como todos os senhores sabem — e alguns deles já destruídos, a principal preocupação que temos que ter não é apenas com a pobreza. Se a nossa preocupação fosse fundamentalmente com a pobreza, o *business as usual*, ou seja, conduzir as coisas como elas estão sendo conduzidas até aqui, bastaria.

A pobreza no mundo está diminuindo. Um estudo do Goldman Sachs de 2008 mostra que anualmente existe a entrada, no mercado consumidor mundial, de 80 a 90 milhões de pessoas, numa espécie de nova classe média mundial, o que significa que este patamar de renda entre 6 mil e 30 mil dólares em paridade de poder de compra, que correspondia a 29% da população mundial em 2008, em 2030 corresponderá a 50% da população mundial.

Então, a redução da pobreza está acontecendo. Apesar das cenas tão chocantes que nós vimos nos jornais com relação à Etiópia, a fome no mundo hoje é muito menor do que era há 30 anos, mesmo que nos últimos 5 anos tenha havido um aumento escandaloso, tendo em vista as possibilidades da economia mundial.



Portanto, o desafio maior não é simplesmente acelerar a redução da pobreza; o desafio maior — e esse é o sentido da minha exposição — é que, ao se manter o ritmo atual, não existe a menor chance de se prosseguir a redução da pobreza se não houver um movimento drástico e radical de redução da desigualdade no uso dos recursos. De que recursos? De todos, mas fundamentalmente de energia, de matéria — eu vou mostrar as informações referentes a isso; essas palavras podem parecer abstratas aos senhores — e, terceiro lugar, redução da desigualdade em relação à maneira como é ocupado o espaço carbono remanescente, para evitar um desequilíbrio climático mais catastrófico do que o que já está se anunciando nos dias de hoje.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nessa lâmina que os senhores estão vendo, meu ponto de partida é o seguinte: não existe a menor possibilidade de o mundo se emancipar das energias fósseis daqui até 2100.

O caso do Brasil é muito particular. Hoje, como os senhores sabem, metade da nossa matriz energética vem de energias renováveis. Nós temos um potencial extraordinário de ampliar essas energias renováveis não só em biomassa, mas há notícias muito positivas, muito alvissareiras no que se refere a energia eólica e solar.

O que eu tenho lido a respeito da matriz energética brasileira mostra que nós temos muito menos necessidade de usar energia nuclear e de expandi-la do que países com uma economia do tamanho da nossa. Felizmente, nós não estamos na situação da França, em que 80%... Em que se cortarem a energia nuclear, as pessoas morrem de frio. E nós não estamos na situação da China e da Índia, com a faca no pescoço, altamente dependentes de petróleo e sobretudo de carvão.

Então, o que eu estou dizendo é o seguinte: não há a menor possibilidade de nós nos emanciparmos do petróleo, do gás e do carvão daqui até o final do século.

As energias renováveis modernas correspondem hoje a 1% da oferta energética global. Normalmente se fala de uma cifra bastante superior a essa, porque se inclui aí a biomassa usada pelos quase 2 bilhões de pessoas da Índia, da China e da África ao sul do Saara, cuja alimentação e aquecimento dependem da biomassa tradicional: da lenha, do carvão, do esterco, da palha etc. Se nós



excluirmos essa biomassa tradicional, a biomassa moderna vai corresponder a apenas 1%.

Um relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) recentemente divulgado, em maio, vindo de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, falava que, em 2050, 80% do mundo iria ter energia renovável. É importante prestar atenção quando se lê esse relatório, porque esse era um dos cenários, e composto na seguinte base: existe sol e vento para isso. Existe, mas não há a menor possibilidade de...

Parece que isto foi falado aqui hoje de manhã: um dos grandes problemas da transição da economia verde, claro, é a base de produção de energia primária. E o que acontece nas sociedades, em qualquer sociedade, é que a maneira de produzir energia implica decisões que, uma vez tomadas, têm efeitos de longuíssimo prazo. Quando se decide construir uma estrada, está-se dizendo que a matriz de transporte das pessoas e das mercadorias vai ser rodoviária por um bom período, até aquela estrada perder o sentido econômico. Então, a estrutura econômica existente está voltada para as energias fósseis.

Eu não estou dizendo isso como uma manifestação de ceticismo, mas porque esse é o nosso ponto de partida, em primeiro lugar, em termos globais, e, em segundo lugar, porque, no caso do Brasil, isso oferece a nós uma oportunidade extraordinária.

O que é mais chocante ainda, como os senhores podem constatar nessa lâmina — eu espero que o pessoal lá atrás esteja vendo —, é que essa linha azul, que está acima, corresponde ao crescimento do PIB. O PIB cresce mais ou menos na mesma proporção que o uso de carvão. Ou seja, em pleno 2011, depois da Conferência do Rio, depois dos quatro relatórios do IPCC e da consciência que temos do que representa o carvão, a intensidade do consumo de carvão na economia mundial não está caindo. E, pelo que nós vemos, a intensidade em gás, que é menos nefasto do que o carvão, também aumenta, mas... E a combustão de CO₂ reduz-se, mas não é muito significativa — aquela linha vermelhinha picotada.

Isso é tanto mais grave que nós já estamos... Isso é algo que tendemos a comentar pouco no Brasil. O raciocínio que eu acho que temos que fazer, só para que entendam o pensamento que estou tentando desenvolver... Quando vamos



abordar o tema da economia verde, um primeiro ponto a perguntar é este: quais são as fontes da energia, da energia primária? O segundo ponto: de que maneira essa energia primária é usada pela sociedade? O meu ponto é: as fontes são de energias basicamente fósseis? Isso nos traz uma questão decisiva: nós temos, como civilização, que usar melhor as energias das quais dispomos.

Mas ainda com relação às fontes de energia, essa figura mostra o pico do petróleo. O pico do petróleo norte-americano, por exemplo, foi atingido em 1970, quando o país produzia 10 milhões de barris. Em 2007, esse total caiu para 5 milhões de barris diários. No Golfo Pérsico, mais da metade da produção estimada já foi extraída, e agora o declínio é incontornável. Nos novos poços cresce a quantidade de energia necessária para extrair uma unidade de petróleo.

A energia primária representada pelo petróleo é extremamente poderosa. No entanto, a quantidade de energia necessária para extrair petróleo aumenta, e aumenta de maneira assustadora. Em 1930, investia-se uma unidade de energia para se obter cem unidades de energia em petróleo. Isso foi caindo ao longo do século XX. Hoje é necessário investir uma unidade de energia para obter dez unidades de energia. Caiu de cem para dez. No pré-sal é mais ou menos 10, 12.

Por que isso é importante? Isso é importante porque, quando se fala, por exemplo, em armazenamento e captura de carbono para combater os gases de efeito estufa, isso tem um custo energético. Quando se fala em produção de petróleo, isso tem um custo energético. Esse custo energético está aumentando cada vez mais, o petróleo está escasseando, e, ao mesmo tempo, a produção mundial de petróleo passou de 84 milhões de barris diários, em 2009, para 88, em 2011. Então, olhem a situação que está sendo armada na economia mundial. É uma economia cada vez mais dependente de petróleo, com uma capacidade cada vez menor de produzir petróleo e que produz petróleo a um custo energético cada vez maior. Só que, além do pico do petróleo, há o pico de outras matérias-primas. Cito o pico do carvão. No caso do carvão, é verdade que a produção norte-americana cresce 2% ao ano desde 1940, mas as fontes de carvão de maior rendimento energético já vão se tornando cada vez mais escassas. E a previsão da Agência Internacional de Energia é de que o consumo norte-americano de carvão vá aumentar, daqui até 2030, em 47%.



Isto aqui é muito impressionante: a energia primária para produzir o iPad, que alguns de vocês têm aí, é carvão.

A base energética da economia mundial tem uma dependência dos combustíveis fósseis mais poluentes e mais tradicionais que é muito impressionante.

Urânio: há um pico de urânio. Temos que fazer a discussão da energia nuclear levando em consideração que o urânio também não é infinito.

O que vou mostrar logo mais é um fenômeno chamado “descasamento”. Ou seja, o mundo contemporâneo é capaz de produzir mais riqueza sobre a base de uma quantidade cada vez menor de energia e de matéria por unidade de produto. Para cada copo, para cada microfone, para cada celular que se produz, para produzir cada um, usa-se menos energia e menos matéria.

Na agricultura isso acontece também: produzimos cada vez mais com menos terra. Mas atenção: com os fertilizantes isso não está acontecendo. Olhem o gráfico: na cor marrom está representada a produção de cereais; na cor verde, o consumo de nitrogênio para produzir cereais, de fertilizantes nitrogenados para produzir cereais. Isso significa que a intensidade de energia e a quantidade de fertilizantes nitrogenados para a produção agrícola estão aumentando, o que é uma das maiores ameaças à segurança alimentar mundial e o que nos coloca diante de uma exigência de revisão dos padrões a partir dos quais nós sabemos produzir alimentos que é extremamente importante.

Esse gráfico mostra que a extração primária de metais está aumentando drasticamente. Os chineses, no plano energético que fizeram, chegaram à constatação de que são capazes de gerar energia por meio de hidroelétricas. Mas talvez não haja cobre suficiente para a transmissão da energia, o que é um negócio gravíssimo.

Bom, o contexto desta discussão é este: precisamos reduzir as nossas emissões, de 50 gigatoneladas anuais globais para 10, em 2050. Vocês devem ter ouvido falar dos 80% de redução. É apenas isso. Nós precisamos baixar as emissões de 50 gigatoneladas para 10.

E o contexto é o seguinte: se a redução das emissões começasse em 2011, o ritmo do declínio nas emissões ia ter que ser de 3,5% ao ano; se começar em 2015, o ritmo tem que ser de 6% ao ano; se começar em 2020, o ritmo vai ter que ser de



9% ao ano. E por aí vai. Se começar em 2030, muitos estudos mostram que esse ritmo vai ter que ser muito... Enfim, chega-se a situações insustentáveis.

Nos países ricos está havendo o fenômeno que mencionei para vocês, do descasamento. O que é o descasamento? É o fato, como vocês estão vendo, de que a intensidade material da produção de riqueza está caindo. Isto é, produzimos riqueza com cada vez menos matéria. Como se mede isso?

Uma medida foi apresentada em relatório das Nações Unidas que saiu agora em 2011, criada por um grupo de trabalho dirigido por uma pesquisadora do Instituto de Ecologia Social da Áustria, com muito prestígio na Europa toda, que soma o peso de materiais de construção, biomassa e minérios, basicamente.

A conclusão a que se pode chegar é a seguinte: a humanidade, hoje, produz riqueza extraindo 60 bilhões de toneladas anuais de materiais da superfície terrestre. Essa extração, durante o século XX, cresceu oito vezes. Sessenta bilhões de toneladas anuais de matéria que se extrai da superfície terrestre para produzir riqueza: houve um crescimento de oito vezes.

Os países ricos de fato conseguem produzir cada vez mais riqueza usando menos matéria. Mas cuidado: nas indústrias, as chamadas “atividades marrom” dos países ricos, em grande parte, foram transferidas para a China e para a Índia. E nós nos vemos hoje numa divisão internacional do trabalho para a qual estamos preparados de maneira muito precária. O Brasil, na América Latina, exporta minérios altamente intensivos em energia para a China, que transforma esses minérios — suas atividades industriais são altamente emissoras — em produtos que serão consumidos no resto do mundo. A China hoje é o maior emissor de gases de efeito estufa. Mas, se considerarmos o ponto de vista do consumo e não o ponto de vista da produção, extrairmos das emissões chinesas aquilo que a China exporta, veremos que essas emissões têm que ser reduzidas, no cálculo, entre 25% e 30%. E a China deixa de ser o maior emissor do mundo.

Por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso porque houve de fato melhoria muito significativa na qualidade material. Esse é um conceito muito importante para a maneira como nós raciocinamos, pelo tema, o conceito de metabolismo social. Qual é o metabolismo que as sociedades contemporâneas têm no uso que elas fazem de matéria e energia e metabolismo industrial? O



metabolismo social ou metabolismo industrial dos países ricos melhorou, mas melhorou, em primeiro lugar — é claro; não se pode subestimar isso —, graças ao progresso tecnológico, sem dúvida isso é muito importante, mas também ao fato de boa parte das atividades industriais foram exportadas e terceirizadas.

Nessa figura, a linha preta representa o aumento do PIB. Vocês vêem que o PIB mundial aumentou mais do que o consumo de matéria necessária para o PIB mundial ter esse aumento. Qual é a matéria? Em peso, combustíveis fósseis, materiais de construção, minérios e biomassa. Mas vocês percebem que, com exceção da biomassa, a linha azul, a linha marrom e a linha amarela indicam que também estão crescendo, mesmo que estejam crescendo menos do que o PIB.

Qual é o problema da economia verde? O problema da economia verde é que, mesmo que eu aumente a eficiência no uso de recursos e de energia, o aumento no consumo e o aumento na produção estão sendo tão grandes que continuo usando mais matéria, mais energia e emitindo mais para produzir. É o que os especialistas chamam de efeito ricochete — *rebound effect*. Eu aumento a eficiência, só que o resultado do aumento da eficiência, um dos resultados... E, além disso, o resultado do aumento do consumo é que vou produzir cada vez mais, vou consumir cada vez mais. Então, embora com mais eficiência, eu aumento igualmente a pressão exercida sobre os recursos materiais. Portanto, a conta não fecha. Não há como fechar essa conta.

Aí é que vem a questão da desigualdade. Normalmente as pessoas dizem: “É claro. Isso é porque existe muita gente no mundo.” Só que — cuidado — um indiano que nasceu hoje... Esta é aquela que eu já havia mostrado, relativa aos cereais e aos fertilizantes.

O ponto que eu quero assinalar para vocês é o seguinte: três documentos internacionais recentes colocam acento naquilo que eu também quero acentuar. É claro que seria muito melhor se o crescimento populacional não tivesse adquirido a velocidade que tem hoje. Aliás, só um parêntese: o último livro de Jeffrey Sachs mostra que o Governo Bush cortou a ajuda ao planejamento familiar em países da África Subsaariana por razões de fundamentalismo religioso, o que certamente atrapalhou a ocorrência de um crescimento populacional mais razoável nesses países.



Mas, independentemente disso, as pessoas estão aí e as previsões são estas. A grande questão não é o consumo dos pobres, a grande questão é o consumo dos ricos, a tal ponto que um documento recente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas propõe que haja um limite *per capita* do consumo energético em termos internacionais. Como fazer isso é outra questão.

Por que esse limite? Porque hoje um norte-americano consome o dobro de energia do que um japonês e 18 vezes mais energia do que um indiano. Portanto, dizer que o problema da escassez dos recursos se refere ao crescimento populacional é ignorar o fato de que existe uma parcela da população mundial que está consumindo energia numa proporção muito superior à capacidade de suporte dos ecossistemas.

A proposta do documento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas é que caminhemos para estabilizar o consumo mundial em 70 gigajoules *per capita*. Essa é uma proposta inédita. Nunca, que eu saiba, as Nações Unidas haviam proposto um patamar físico de limitação do consumo de energia.

Em segundo lugar, em termos de matéria, um indiano que nascer hoje vai consumir, ao longo da sua vida, em torno de 4 toneladas de materiais tal como estava descrito aqui, ou seja, em peso — combustíveis fósseis; minérios; materiais de construção; e biomassa —; um canadense vai consumir 25. A proporção é de 4 para 25.

Em termos de emissões, um indiano não emite uma tonelada *per capita*; a média mundial está em torno de 2,5 toneladas; os chineses estão em torno de 5 toneladas *per capita*; os europeus estão, mais ou menos, em 12; norte-americanos e australianos, 20.

Ou seja, se o maior desafio da economia verde é reduzir a intensidade material e energética na produção de riqueza — produzir cada vez mais riqueza com menos matéria e menos energia —, essa conta só fechará se as 500 milhões de pessoas que respondem por metade das emissões, se aqueles que respondem pelo essencial no consumo de matéria e o essencial no consumo de energia tiverem uma drástica redução no seu consumo de matéria e de energia.

O que isso significa? Significa que o grande desafio da Rio+20 consiste em saber se poderão ser criados mecanismos institucionais para que o processo de



inovação tecnológica em direção à economia verde se dirija, antes de tudo, para a satisfação das necessidades básicas. Necessidades básicas não são arroz, feijão, mandioca e um cobertorzinho para não morrer de frio; necessidades básicas é um conceito elaborado por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia e incorporado pelas Nações Unidas, que corresponde a uma moradia decente, a saúde decente, a educação, àquilo que Amartya Sen chama de *“uma vida que vale a pena ser vivida, uma vida decente”*.

O grande problema da Rio+20 não está em convencer os atores econômicos de que eles precisam acelerar as mudanças tecnológicas para usar menos energia e menos matéria em seus processos produtivos. O grande desafio da Rio+20, o grande desafio que nós temos para conseguir construir a ponte da transição, que não está construída, ponte da transição para uma economia menos intensiva em carbono e mais respeitosa dos ecossistemas — já vou falar rapidamente, antes de concluir, da questão da biodiversidade —, é que, se não houver redução material e energética em termos de emissões nessa desigualdade, não há como as inovações tecnológicas fazerem por si só, com uma espécie de gotejamento da prosperidade em direção aos miseráveis, para que eles se tornem menos miseráveis.

Esse modelo que está funcionando — e, de certa forma, não está funcionando tão mal até aqui — é incompatível com a manutenção dos serviços ecossistêmicos básicos. Para que nós tenhamos o atendimento às necessidades básicas dos chineses, dos indianos, dos habitantes da África ao sul do Saara, dos latino-americanos, que estão aquém dessas necessidades básicas, não é possível manter a mesma distância existente hoje em termos energéticos, materiais e de emissões, na distribuição do uso dos recursos materiais.

Vejam a maneira como esse tema está sendo colocado hoje. É muito interessante o fato de que isso começa a entrar nos próprios documentos das Nações Unidas.

Eu não estou falando em distribuição de renda porque, quando se fala em distribuição de renda, parte-se da premissa de que o limite da distribuição de renda, no fundo, é algo quase infinito como o trabalho humano. Então, as pessoas dizem assim: *“Não, mas se as pessoas trabalharem mais, se as pessoas produzirem mais, se as pessoas tiverem mais oportunidades, elas vão criar mais renda, e aí você vai*



ter mais renda e você vai até poder distribuir mais renda, mesmo sem comprometer ou sem atacar de frente a desigualdade”.

O raciocínio aqui é diferente. Nós estamos em uma situação em que nos vemos diante de uma exaustão física de recursos, o que vai exigir uma revisão drástica na própria ideia do que é a distribuição de renda.

Eu não queria concluir esta exposição sem falar de uma outra dimensão igualmente fundamental da economia verde, que se refere ao uso sustentável da biodiversidade, à economia do conhecimento da natureza. No Brasil, mas também na Indonésia e na esmagadora maioria dos países da África Subsaariana, etc., países portadores da maior riqueza em termos da biodiversidade, a economia predominantemente aplicada nessas regiões é uma economia da destruição da natureza. E a riqueza potencial embutida na destruição da natureza é absolutamente fantástica, como se vê pelo que representam as exportações de carne no Brasil, as exportações de minério e as próprias exportações de soja, decorrentes em parte e felizmente em grande parte refreadas pela expansão, felizmente refreada, da soja na Amazônia.

Pois bem, o desafio que temos hoje pela frente, a meu ver muito bem destacado pela professora Bertha Becker, em vários de seus estudos, é a transição de uma economia da destruição da natureza para uma economia do conhecimento da natureza. Isto exige não só investimentos públicos em pesquisa, formação de gente, etc. Quando Carlos Nobre assumiu a Secretaria que hoje dirige no Ministério da Ciência e Tecnologia, o quadro encontrado em termos de pesquisa voltada à valorização sustentável da biodiversidade, tese que ele defendeu abertamente em documentos da Academia Brasileira de Ciências, dos quais foi autor, o quadro que ele encontrou era surrealista: instituições na Amazônia que não tinham quadros permanentes, só bolsistas.

E, mesmo do ponto de vista privado, os investimentos privados hoje existentes na valorização sustentável da biodiversidade, no Brasil e no restante do mundo, estão muito aquém daquilo que se poderia esperar. Quando se lê a documentação do Ano Internacional da Biodiversidade, a do ano passado, quando se lia aquilo, ficava-se com a impressão de que os fundos de pensão, os *venture capitals*, etc, iriam investir “massivamente” em valorização sustentável da



biodiversidade. Os investimentos voltados a essa direção, não só no Brasil, e esse é um grande problema, um grande obstáculo à economia verde.

Para resumir, e por aí eu concluo: o desafio central da economia verde envolve inovação e, muito mais do que transferência de tecnologia, envolve cooperação tecnológica em uma escala global hoje inexistente. Claro, envolve inovação em larga escala, mas inovação tem que ser conjugada com duas outras palavras. A primeira é “limite”. Nós precisamos inovar, mas nós precisamos inovar conscientes de que os ecossistemas não são infinitos. E a segunda é “justiça”. Nós precisamos inovar, respeitar os limites dos ecossistemas e abordar a questão da justiça a partir da promoção urgente de mecanismos de redistribuição do uso da matéria, da energia e do próprio espaço carbono ainda remanescente, antes que se criem, antes de chegar a patamares incompatíveis com a vida civilizada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jô Moraes) - Sem dúvida.

Quero registrar a presença do Deputado Roberto de Lucena, integrante desta Subcomissão e que contribui com este debate.

Quero dizer ao Prof. Abramovay que ele nos coloca diante de um grande desafio: o equilíbrio entre a garantia da satisfação das necessidades básicas — e concordo com o professor —, que se ampliam cada vez mais, na medida em que as novas tecnologias são desenvolvidas no mundo, e o equilíbrio de uma economia com uma produção sustentável.

Digo, professor, que temos diante de nós uma outra dimensão a medida que vivemos numa sociedade que estimula cada vez mais o consumo. Além disso, a ânsia pelo consumo, o motor fundamental de toda a produção midiática, leva a conflitos de natureza humana na relação necessidade básica, exacerbação do consumo e equilíbrio da economia verde que temos que assegurar.

Quero cumprimentar o professor pela proposta e, desde já, pedir desculpas. Nós, Deputados, vivemos num borboleteamento nas nossas atividades. Ou seja, temos, a cada momento, que comparecer a atividades diferentes — vamos nós dois para uma atividade.



Chamamos aqui, diríamos, a grande responsável por esse projeto, por esse pensamento, a Adriana Hans, do Instituto Socioambiental, para que nos ajude na condução dos trabalhos.

Enquanto ela se posiciona, passamos a palavra para o Sr. Tony Gross, representante do Instituto Socioambiental, lembrando a todos e a todas que este seminário está sendo reproduzido ao vivo pela Internet, o que nos assegura, a todos os presentes, uma memória mais efetiva.

Mais uma vez, cumprimento todos os presentes e passo a direção dos trabalhos à Adriana Hans.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Muito obrigada, Deputada. Tony, com a palavra.

O SR. TONY GROSS - Primeiro, eu gostaria de reiterar minha satisfação pelo convite, saudar os Deputados membros da Subcomissão, agradecer aos organizadores e a platéia pelo seu interesse e persistência.

O título que os organizadores me deram era governança, mas o segundo tema da Conferência da Rio+20, no ano que vem, não é exatamente governança, mas estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Quero demonstrar agora rapidamente como essa questão vai ser debatida, negociada e o que está em jogo. São várias facetas, vários ângulos de uma série de questões complexas e interligadas. Espero que a exposição seja lógica o suficiente para demonstrar isso.

Vou retomar onde terminei na parte da manhã, sobre onde estamos 40 anos após a Conferência de Estocolmo e 20 anos após a do Rio de Janeiro, Conferência do Rio. Há no sistema intergovernamental, nos governos nacionais, no público em geral e na sociedade civil um alto grau de consenso sobre os princípios básicos do que chamamos desenvolvimento sustentável: que, para chegar a um modelo de desenvolvimento sustentável, tem que haver uma integração de três pilares: a questão social, a questão econômica e a questão ambiental; que os países têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas; que os países podem e devem ter plenos poderes para exercerem suas soberanias sobre seus recursos naturais; que é fundamental uma participação ampliada e efetiva de organizações da sociedade civil na construção do chamado desenvolvimento sustentável; que as políticas



públicas têm que ser baseadas em ciência robusta; e, que há um compromisso compartilhado para a capacitação, para a mobilização de recursos financeiros e para as transferências de tecnologia.

Como vimos na parte da manhã, os princípios são largamente aceitos. O arcabouço institucional, jurídico e normativo foi construído, foi acordado, mas os resultados estão muito aquém do esperado. Aqui entram, então, a estrutura institucional e a governança.

A primeira aspecto que quero enfatizar — e vou retomar essa questão — é que estamos falando sobre uma conferência da ONU, onde a estrutura institucional, no plano intergovernamental, faz parte do quadro que estamos descrevendo. Mas não é somente isso. É estrutura institucional no âmbito dos países, uma estrutura subnacional. No caso do Brasil, no âmbito dos Estados e dos Municípios. Cada um desses ângulos, ou desses planos, tem sua própria dinâmica e seus próprios problemas.

Vamos falar primeiro do plano intergovernamental. Antes de embarcar nisso, quero chamar a atenção ou repetir o óbvio: muitas vezes, falamos sobre a ONU, o sistema da ONU, o sistema intergovernamental, como se tivesse uma existência própria, uma personalidade própria, quando nada mais é do que o conjunto de governos decidindo, negociando, “puxando sardinhas para suas respectivas brasas”. Os organismos internacionais têm os seus secretariados. E são exatamente isso: secretariados. Eles têm que prover serviços à coletividade dos governos reunidos naquele órgão. Então, o que é produzido, o que sai das discussões e é implementado posteriormente por oficiais técnicos, peritos *etc.* das Nações Unidas e suas várias agências nada mais é do que o cumprimento das instruções recebidas dos governos. Então, se o sistema falha, se o sistema demonstra ineficiências, contradições e perversidades, a origem, a raiz do problema reside na atuação das posições adotadas e levadas às negociações pelos próprios governos membros da organização.

Lembramos disso, como mencionamos na parte da manhã e repetimos agora, para dizer que há um consenso, pelo menos em âmbito formal, sobre a necessidade de integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável. Em 2002, em Johannesburgo, para a Rio+10, houve um reconhecimento ou uma orientação



explícita no programa de implementação, adotado em Johannesburgo, atribuindo responsabilidades no plano intergovernamental, como mencionamos. A Assembleia Geral é o órgão máximo; a ECOSOC, Conselho Econômico Social, tem a incumbência de promover a integração dos três pilares; e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, o acompanhamento e a revisão da implementação da Agenda 21.

O que observamos é que isso não acontece. Por quê? Quem seriam os atores no plano intergovernamental? No pilar econômico, temos a OMC – Organização Mundial do Comércio –, o FMI, a OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual –, a UNCTAD e uma série de agências. São instituições sólidas, mas que nunca, a não ser pelas exortações oriundas de conferências sobre desenvolvimento sustentável, nunca foram obrigadas a incorporar de fato questões ligadas à implementação de padrões de desenvolvimento sustentável e à promoção do tipo de mudanças que Ricardo descreveu agora.

No plano social, há a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, o PNUD, a UNESCO, uma série de organismos multilaterais com 50 anos ou mais de história, sólidos, com corpo de profissionais, mas o que caracteriza todas essas instâncias é que são relativamente autônomas. São as chamadas agências especializadas. Portanto, têm sua “membrosia” própria, e o órgão máximo tem autonomia. Não é subordinado à Assembleia Geral da ONU. Têm corpo técnico próprio, têm procedimentos próprios. Então, só vão ouvir, levar em conta as recomendações do Rio de Janeiro, da Rio 92 e de Johannesburg se os governos que participaram no Rio e em Johannesburg levaram a essas instâncias uma mensagem, uma exposição de negociações consistentes e coerentes com o que adotaram no Rio, em Johannesburg e nos demais lugares em que foram tomadas decisões a respeito do desenvolvimento sustentável.

Não há como, a não ser por vontade própria, explícita e proativa dos governos, enquadrar os organismos multilaterais que têm a incumbência de promover políticas de desenvolvimento sustentável, de orientar suas recomendações e a capacitação que provém dos países nesse sentido. Isso depende totalmente das posições levadas às negociações dentro desses órgãos pelos governos nacionais.



No plano de implementação de Johannesburg, como mencionei, a ECOSOC tem a responsabilidade de conseguir, de facilitar essa integração, mas tem sido uma facilitação de pouca eficácia. Então, este é um dos problemas: temos o arcabouço conceitual/institucional, que deveria desaguar em políticas reais no mundo real, mas que depende de adoção voluntária das regras por parte de instituições autônomas que foram criadas 50 anos, 60 anos atrás, e que não estão sendo impulsionadas pelos próprios governos dos países membros a mudar de pensamento, de conceito, de política, de recomendação, de programas de capacitação e de ajuda aos países. E são sempre, obviamente, os mesmos governos. Então, isso é um problema.

O segundo problema, correlato, é que temos três pilares; dois deles, embora não tenham assimilado, como acabo de explicar, o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável, pelo menos são instituições sólidas, mas o terceiro pilar, o ambiental, é muito fraco. É muito fraco! Não existe uma instância no mesmo nível das agências especializadas da ONU, com o mesmo grau de autonomia, o mesmo poder, a mesma base financeira, técnica etc., comparável com a da OMC, a da OIT, a da OMS, de todas as agências que mencionei. O que há é o PNUMA, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que, como vimos na parte da manhã, é um programa criado, estabelecido por decisão da Conferência de Estocolmo em 1972, mas é um programa. Na terminologia dos Estados Unidos, um programa é um programa, não é uma agência. É um programa da Assembleia Geral. Portanto, não tem “membros” universal. São 54 países só que fazem parte do seu Conselho de Gestão. Não tem recursos suficientes e seguros, não tem mandato, e muito menos pode ser comparado, por exemplo, à OMC, que foi criada com base em um tratado vinculante, com regras, com sanções, com todo um sistema de avaliação de cumprimento das regras, das normas da OMC etc. Então, o pilar ambiental é muito débil.

Uma outra faceta dessa debilidade é a atualização. O PNUMA, de certa forma tentando argumentar em causa própria, mas com uma certa dose de verdade, aponta o fato de que há hoje em dia, entre regionais e globais, quase 500 tratados ambientais, tratados sobre todos os assuntos importantes, sérios, que merecem ser objeto de acordos internacional, de estar enquadrados no conceito de Direito Ambiental Internacional, de mares, de oceanos, de ecosfera, de biodiversidade, de



mudanças de clima, de recursos genéticos, de poluição química e tudo mais. São 500. Um país como o Brasil tem muita dificuldade de acompanhar todas as convenções, todos os tratados e os compromissos decorrentes das dezenas, se não centenas, de convenções, de instrumentos internacionais dos quais faz parte; imaginem pequenos países insulares, países pobres da África. É logisticamente, humanamente, financeiramente impossível um país acompanhar todos esses processos de negociação, primeiro; segundo, não há coordenação entre os processos de tomada de decisão.

Um país pode — e muitos fazem isso — tomar uma decisão, advogar uma linha num instrumento, e advogar posições de certa forma contraditórias em outro instrumento. Isso também ajuda a manter essa debilidade do pilar ambiental. Bom, está havendo, e isso faz parte do processo preparatório, do processo de negociação para a conferência do ano que vem, uma tentativa de repensar a governança desse pilar. É o chamado para as negociações IEG, International Environmental Governance, Governança Ambiental Internacional. É uma questão que está em evidência há várias décadas. Há posições, ou pelo menos sempre havia posições opostas, e pouca flexibilidade nas discussões.

Nos últimos 2 anos, no âmbito do PNUMA, houve dois processos acoplados de repensar essa questão, de tentar chegar, se não a uma opção única e mágica, pelo menos a um leque de opções viáveis, esforço que chegou a seu final no início deste ano, quando o Conselho de Gestão do PNUMA adotou as conclusões do segundo desses processos, que era o processo liderado pelos Ministros do Meio Ambiente do Quênia e da Finlândia, e que chegou a uma lista de cinco opções. Essa lista foi adotada para encaminhamento posterior à Assembleia Geral, e, portanto, à Conferência do Rio; ou seja, ou é encaminhado, ou é empurrado com a barriga, depende do seu ponto de vista, para mais considerações na Conferência do Rio. Então, as opções são, resumidamente: aumentar o *status* e o poder do PNUMA; estabelecer uma nova organização guarda-chuva para o desenvolvimento sustentável; criar uma agência especializada da ONU, uma organização mundial ambiental; reformar o ECOSOC e a Comissão do Desenvolvimento Sustentável; e continuar com as reformas institucionais para melhor integração e afunilamento das estruturas existentes.



Bom, agora, pelo menos temos não clareza no horizonte, mas opções na mesa, depois de mais de 10 anos tateando ao redor dessa questão. Então, essa é uma terceira parte do que estamos falando. Primeiro, há a questão da integração, no plano intergovernamental, dos três pilares: social, econômico e ambiental. O segundo elemento da equação é o fortalecimento do pilar ambiental, e agora temos cinco opções na mesa; mas o terceiro elemento dessa equação, que talvez seja o mais importante, e ao mesmo tempo o mais difícil de se conseguir, é a estrutura institucional para desenvolvimento sustentável em âmbito nacional e subnacional.

Agora há também o consenso de que qualquer mudança que venha a acontecer, qualquer possibilidade de se alcançar o chamado desenvolvimento sustentável é um processo que vem de baixo para cima, necessariamente dependente das decisões tomadas em nível nacional e subnacional, que não têm um receituário padrão. Em termos de Direito Internacional e de negociações, isso faz a grande diferença. Se se está negociando um regime de limitação de armas nucleares, por exemplo, isso, por mais complexo que seja, é no fundo simples: os países assumem compromissos numéricos, há um esquema de verificação, e acaba-se sabendo quais os países que têm armas nucleares, quantas são e qual é o plano de redução. Isso é impossível em se tratando de questões ambientais, de questões sociais. Não há um receituário. Cada país é diferente, tem biodiversidade diferente, tem recursos e ecossistemas diferentes, tem tradições políticas diferentes, tem populações diferentes, economia diferente etc.

Então, a questão da assimilação dos princípios e das recomendações elaboradas e acordadas em plano internacional no cenário nacional é absolutamente fundamental. E aí, repetindo o que eu disse na parte da manhã, o que observamos é a persistência da premissa de que toda essa questão de desenvolvimento sustentável é responsabilidade de Ministério de Meio Ambiente, mas há transversalidade, como existe num país como o Brasil. Como Sirkis disse mais cedo, o Brasil, embora às vezes seja difícil acreditar, especialmente quando estamos cotidianamente metidos nas brigas, nas discussões internas, o Brasil em muitos aspectos é muito avançado, está na liderança. Mas, por mais que haja um discurso de transversalidade, é um discurso oriundo do Ministério do Meio Ambiente, e se formos encostar o Ministro da Fazenda ou o do Planejamento contra a parede e



perguntarmos: “O que o senhor ou a senhora entende por transversalidade e desenvolvimento sustentável?”, bom, sabemos de antemão o tipo de resposta que receberemos, e isso é repetido no plano estadual e no plano municipal.

Então, quando dizemos que o segundo tema da conferência do ano que vem é governança, é disso que estamos falando, destes três ângulos: a falta de integração dos três pilares no nível intergovernamental, a debilidade do pilar ambiental no cenário internacional e a falta de incorporação, de assimilação de tudo isso nos planos nacionais. Então, acho que é isso eu queria comentar. É a síntese da ópera.

Mas eu quero, pegando carona nisso, comentar ainda duas observações, uma do Deputado Sirkis e outra do Deputado Ivan Valente, sobre o papel do anfitrião de conferências globais, de conferências da ONU. O anfitrião tem um papel importante, obviamente. Obviamente não é determinante, mas que tem a capacidade de influenciar para o bem ou para o mal os resultados, isso tem. Em 1992 o Brasil saiu-se razoavelmente bem na foto; embora estivesse metido numa crise interna, no início de um processo de *impeachment*, mesmo assim saiu bem na foto.

Já Copenhague foi um desastre por muitos motivos, mas entre esses motivos ressalto a inabilidade do governo dinamarquês, principalmente do presidente da Conferência, que era na época o Primeiro Ministro e cometeu vários erros, várias infelicidades de encaminhamento, o que ajudou a torpedear o que já era uma negociação supercomplicada, verdade seja dita, com poucas possibilidades de chegar a um bom termo. Com certas coisas que foram feitas, conseguiu torpedear de vez essa possibilidade.

Bem, com o que o Brasil poderia contribuir, na qualidade de anfitrião, agora e para o ano que vem? Pedro Ivo mostrou pela manhã que o Governo Federal, pelo menos no plano interno, está chegando tarde, mas que uma das questões, talvez a questão principal, é conseguir uma mudança conceitual que leve a mudanças na prática de governos nacionais e subnacionais, à reavaliação do que exatamente constitui uma vida boa, uma vida digna, uma vida com condições de equidade e de justiça que qualquer governo poderia oferecer às suas populações. Essa é uma mudança radical, mas, como ouvimos em várias palestras hoje, é disso que estamos



falando. Que mensagem melhor haveria do que o País anfitrião demonstrar na prática aos demais participantes que assimilamos essa lição e estamos embarcados de fato, não para inglês ver, mas de fato, numa tentativa de repensar o que significa desenvolvimento para a nossa população, para o nosso País?

Uma maneira de sinalizar isso, o tamanho do desafio e a necessidade de identificar novas formas de pensamento e novas formas de fazer políticas públicas, seria mostrar para o mundo que estão encabeçando as preparações da Conferência no Rio não somente a Ministra Izabella e o Ministro Patriota, mas também o Ministro Guido Mantega, Miriam Belchior e a própria Presidente. Eu acho que é isso. Se existe uma coisa que o Brasil pode fazer para criar um impulso positivo, para criar uma mensagem que ressalte o tamanho do desafio e a necessidade de romper com padrões antiquados e com sinceridade buscar novas práticas, seria algo assim.

Acho que eu vou terminar aqui. Obrigado.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Ramos) - Muito obrigada, Tony. Nós vamos abrir a palavra para as perguntas e as respostas dos palestrantes, e eu vou começar fazendo-lhes uma provocação.

Eu acho que o quadro que vimos aqui de tarde, inclusive em comparação com várias perspectivas que foram dadas de manhã, vai em uma curva meio descendente, do ponto de vista de expectativas. Especialmente quando analisamos a implementação da Convenção de Clima e da Convenção de Biodiversidade, vemos que em tudo aquilo em que era possível avançarmos, seja no campo das políticas estritamente ambientais, seja na perspectiva de mecanismos compensatórios, avançamos um pouco, mas quando chegamos aos momentos cruciais, àquilo era realmente papel, digamos, dos setores de desenvolvimento econômico, tudo travou. Na área de biodiversidade isso fica muito claro, porque na agenda de criação de áreas protegidas avançamos, numa série de políticas avançamos, e quando chegamos à parte que diz respeito ao uso privado da biodiversidade, com todas as necessidades de regulamentação, os avanços institucionais não aconteceram. E na questão de clima também; a questão central, que é a da redução de emissões, ainda não foi enfrentada.

E, ao mesmo tempo, uma conferência como essa, com o tema da economia verde, abre um potencial para esses setores do desenvolvimento econômico,



principalmente os setores privados, de mostrarem mais a sua cara. Eu sei que o Prof. Ricardo Abramovay já estudou muito sobre *greenwashing* também, e eu queria saber se ele não acha que eventualmente o tiro pode sair pela culatra, no sentido de que nós vamos para uma conferência em que temos muito poucas perspectivas de resultados concretos e uma possibilidade de apropriação de espaço por esses setores econômicos, que não querem de fato fazer a diferença, mas que podem aproveitar isso como ambiente para tentar mostrar um *marketing* verde que não está muito perto da realidade.

Por outro lado, Tony, em todas as conferências, mesmo com as situações de chegarmos ao final das reuniões, das convenções, sem resultados concretos, nós sabemos que a diplomacia é mestre nisso, não só a brasileira mas a de vários países; sempre se tenta obter algum documento, algum acordo, alguma coisa que pareça que não foi tão ruim assim. Aconteceu isso na Rio+10, aconteceu isso em Copenhague, onde, apesar do fracasso e dos problemas todos do próprio governo dinamarquês, o Brasil conseguiu posar bem na foto.

E nós vamos então para uma situação de dilema. Nós temos, a menos de 1 ano da Conferência, praticamente, as cinco propostas que Tony apresentou para a questão da governança, e é grande a tendência de que isso chegue até lá na frente sem nenhuma decisão, ou com uma decisão dessas; aí, eu queria saber qual dessas cinco propostas Tony acha que seria, digamos, aquela mais factível, aquela que pode ser, digamos, a mais simples para tentarmos alcançar.

Se alguém tiver mais alguma questão, por favor, estamos abertos.

Vou passar a palavra para Ricardo, para começar a rodada.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY - Olhem, eu acho que é importante termos como ponto de partida os avanços, os avanços na luta contra a pobreza, como eu disse, e outros. Hoje há anúncio da Coca-Cola no jornal em que a empresa se compromete a reciclar 100% da água que usa. Isso é bom! Ninguém vai dizer que isso é ruim. É melhor jogar a água suja no rio? É claro que não! Isso é ótimo. A Coca-Cola e a Pepsi estão comprando plástico verde, integradas com a Braskem; o Walmart está fazendo lojas com iluminação ecológica; a Siemens tem um plano de investimento etc.; tudo isso é muito bom, e sem dúvida alguma importante. Agora, não é que seja insuficiente, mas quando, com um mínimo de realismo,



equacionamos o desafio que temos pela frente e o que está sendo feito, a conclusão é de que estamos rumando para o rochedo, com duas possibilidades; uma é: já que estamos rumando para o rochedo, vamos locupletar-nos, como diz o personagem de Chico Anysio; a outra, e isso, mesmo no meio empresarial, começa a ser sentido, é reconhecermos a necessidade de elaborar planos estratégicos sobre o que é, por exemplo, fazer negócios num cenário desses.

Qual é o cenário? Eu não sei se os senhores se deram conta do seguinte: saíram na *Nature* e na *Science*, nestes últimos tempos, alguns artigos — portanto, não estou falando do jornalzinho do meu bairro; estou falando da *Nature* e da *Science* —, artigos em que se fez o seguinte: analisou-se em todos os planos nacionais onde houve avanço, e eu acho que essa dificuldade de avanço na negociação internacional tem como contrapartida o fato de que os países não estão parados, inclusive o Brasil. Por exemplo, quando se compara a posição brasileira em Copenhague e a posição brasileira pré-Copenhague, constata-se que a posição brasileira em Copenhague é melhor do que a posição brasileira pré-Copenhague. Mas não é só o Brasil; outros países também fizeram avanços. Os Estados Unidos também fizeram avanços. Pois bem, quando se analisam os principais países e somam-se os compromissos desses países com relação a mudanças climáticas, temos como resultado da soma quanto ao Brasil. Com quem o Brasil se comprometeu? Com quem os Estados Unidos estão comprometidos? Se projetarmos todos os compromissos assumidos em planos — não é blá-blá-blá, mas coisas assumidas em planos, etc. — e somarmos tudo, o resultado é que o aumento da temperatura no século XXI vai ser de 4 graus. Já estamos, diante dos planos que estão sendo executados, na rota dos 4 graus. Quem quiser uma explicação mais minuciosa digite no Google *Four Degrees* e uma revista britânica chamada *Philosophical Transactions*. Lá está, entre outros, o resumo a respeito disso. Acho muito importante essa informação, para dar uma medida da urgência que nós temos com relação a esse tema.

A segunda coisa sobre a qual eu queria falar é que existe sobre a mesa uma proposta — e eu não sei se está embutida entre as cinco que o Tony mencionou — feita pelo conselho consultivo alemão de desenvolvimento sustentável, lançada num documento de 2009, documento esse que é endossado por Angela Merkel e pelo



Primeiro-Ministro da Índia, para a criação de um banco climático mundial. E o que quer dizer um banco climático mundial?

Depois da II Guerra Mundial, para algo fundamental para a existência da espécie humana numa sociedade moderna, que é a moeda, criou-se um banco mundial. É muito importante a moeda, ninguém vai negar isso. Agora, eu tenho a impressão que o clima é mais importante que a moeda, por mais importante que a moeda seja. Pois bem. Essa proposta de um banco climático mundial significaria uma instância executiva com a missão de monitorar o processo de declínio das emissões por parte de cada país e teria a responsabilidade de assumir compromissos quantificáveis e monitorados em que a transferência de tecnologia que permitiria que o processo de crescimento dos países mais pobres fosse cada vez menos intensivo em carbono. E a base do raciocínio tem dois conceitos fundamentais: espaço carbono e orçamento carbono.

O que quer dizer espaço carbono? Espaço carbono quer dizer o seguinte. Isso foi escrito em 2009: se nós quiséssemos ter 75% de possibilidades de nos manter no limite dos 2 graus, as emissões globais entre 2009 e 2050 deveriam ser de 750 giga toneladas — durante esses 40 anos —, ou seja, um forte declínio. Se nós quisermos aumentar essa chance... Perdão, essa é a chance de 67%. Se quisermos ter 75% de chance de ficarmos nos 2 graus, tem-se que emitir ainda menos. Mas vamos ficar nos 67%, ou seja, em 2 terços de chances. Toda a questão é a seguinte. Quem tem o direito de ocupar o espaço carbono remanescente? A posição dos indianos, dos chineses, e que eu acho interessante para o Brasil, é que o espaço carbono remanescente, aquilo que ainda temos de ocupar com petróleo, gás e carvão, porque não há como fazer diferente, pois é caro demais fazer diferente, tem de ser voltado à produção de escolas, hospitais, alimentação, estradas, etc., para uma economia do bem-estar, para a satisfação de *basic needs*.

Basic needs não são algo expansível infinitamente, a menos que eu tenha compreendido mal, como disse a nobre Deputada que estava ao meu lado. As necessidades humanas não são infinitas,, as fantasias humanas são. Isso é Gandhi, que dizia que a terra é suficiente para satisfazer as necessidades humanas. A questão gandhiana do quanto é o suficiente é fundamental hoje em dia. A ideia segundo a qual a humanidade precisa, de que a vocação da espécie humana é



produzir cada vez mais e não importa o que se produza tem de ser contestada em todos os planos, inclusive na negociação internacional.

As Nações Unidas e uma parte importante do pensamento social se voltam à tentativa de se definir o que é uma casa decente, o que são vestimentas decentes, o que é um modo de transporte decente, o que significa, por exemplo, produzir cada vez mais refrigerantes e cada vez mais alimentos num mundo em que, por exemplo, nos Estados Unidos se desperdiça 40% dos alimentos e onde em 26 Estados da Federação 25% da população é obesa — e há 6 Estados em que mais de 30% da população é obesa. Dizer “*o mundo está carente de alimentos*” nessas circunstâncias é uma completa insanidade.

Do ponto de vista prático, parece-me que o Brasil, que fez avanços extraordinários na luta contra a pobreza, ao menos na pobreza de renda, e fez um avanço considerável na reversão da trajetória histórica de aumento da desigualdade de renda, tem autoridade para colocar o tema da desigualdade na conferência no seguinte sentido. Se os padrões de consumo permanecerem intactos e nós imaginarmos que podemos ter meios tecnológicos para fazer ingressar no consumo de uma vida civilizada os bilhões de pessoas que não fazem parte dessa vida, além dos 2 bilhões e meio que estão chegando por aí, essa conta não fecha. É necessário colocar o ataque à desigualdade no eixo, no centro da economia verde. E o Brasil é o país, como anfitrião, que deveria liderar isso. Se eu acho que isso é provável? Eu acho isso altamente improvável, mas eu não vejo, racionalmente, uma outra solução em que as contas fechem senão essa.

Com relação a *greenwashing*, essa resposta que eu dei com relação à Coca-Cola em parte vai no sentido da pergunta que Adriana fez. E não é só a Coca-Cola. A indústria automobilística tem responsabilidade sobre a situação das metrópoles e sobre o ar que eu respiro em São Paulo. Não adianta dizer: “*É ótimo produzirmos mais carros porque nós estamos criando riqueza, nós estamos criando emprego*” porque São Paulo já tem 7 milhões de carros e o ingresso de mil carros por dia na cidade só está piorando a situação da mobilidade urbana, e não melhorando a vida das pessoas.

O sistema produtivo tem que se voltar para uma vida decente. Esse é um discurso puramente utópico?



Michael Porter, um guru da administração, publicou na *Harvard Business Review* de fevereiro um artigo muito interessante em que ele se pergunta se não chegou a hora de as empresas se perguntarem a respeito do real valor daquilo que elas criam. E o real valor daquilo que elas criam não se manifesta simplesmente no balanço contábil, mas sobretudo na possibilidade de que os diferentes protagonistas com os quais as empresas se relacionam tenham o sentimento claro de que estão sendo criados valores e não destruído valores conforme aumenta a riqueza da empresa.

Se esse discurso estivesse sendo feito pela Via Campesina, pelo MST ou simplesmente por mim não teria a menor importância. Ele está sendo feito por um papa da administração, alguém que tem a estatura de um Peter Drucker, etc. Isso dá o que pensar.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Obrigada.

Eu combinei com o Tony que vamos abrir a palavra para a Patrícia, para o Luiz e, depois, na volta, ele começa respondendo.

A SRA. PATRÍCIA - Boa tarde. Quero perguntar para o Ricardo se, nesse sentido de promover uma transição do atual modelo, existem propostas já sendo discutidas, mecanismos de mudança do modelo de produção e consumo. Você falou muito de produção e consumo, e eu queria saber se você sabe já de algumas propostas e mecanismos que vão nessa linha, como imagino que seja uma proposta — aquela que você mencionou — do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, do limite do uso energético. Então, eu gostaria de saber se existem outras propostas nesse sentido.

E queria só fazer uma observação, porque hoje de manhã isso já foi falado, e agora vocês retomaram isso. Os Governos, as nossas cidades, já têm muito conhecimento, uma compreensão muito grande dos problema, da dimensão do problema, já existem muitas propostas de como lidar com isso, mas mesmo assim não conseguimos caminhar. Então, parece que não é só vontade política, vai muito além disso. Há ainda a defesa de interesses de alguns grupos que não deixam a coisa decolar em nome do bem-estar coletivo social. Então, se você pudesse fazer algum comentário em relação a isso, seria interessante.

Obrigada.



A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Obrigada, Patrícia.

Com a palavra Luiz Mota.

O SR. LUIZ MOTA - Eu gostaria de agradecer pelas palavras ao Prof. Abramovay, sempre trazendo muita clareza para as estruturas, para tentarmos entender melhor como as coisas funcionam. Isso é sempre muito brilhante.

Esses eslaides que o senhor apresentou a respeito do consumo dos recursos naturais me fizeram lembrar um pouco as teorias do Clube de Roma. Eu gostaria de saber se o senhor faz algum diálogo com isso. Não estou sendo irônico, juro para o senhor. Eu queria realmente saber se o senhor está tentando ressuscitar um pouco o que pensou o Clube de Roma nos anos 70.

Em relação ao que a Patrícia perguntou também, eu gostaria de saber se há alguma corrente de economia hoje que está conseguindo jogar um pouco de luz sobre esse fundo do poço que o senhor fala que estamos perto de chegar.

Eu acho que a EcoEco, a Economia Ecológica, pelo que eu tenho lido sobre o que eles têm escrito, defende que se deve tratar a economia como sempre, mas colocando uma variável ética da sustentabilidade. Mas aí a ética fica sempre como um passivo contra a produção. Foi o que eu senti. Eu acho que temos de colocar a ética como um ativo.

Por outro lado, se ficarmos insistindo em fazer os cálculos pela economia clássica — terra, trabalho e capital —, vamos chegar sempre ao argumento do Banco Mundial.

Então, faço uma referência ao que a Patrícia perguntou, mas tentando entrar mais na questão de saber se há alguma corrente econômica que está conseguindo apontar alguns caminhos.

É isso.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Tony, você quer começar, só para comentar a questão da Patrícia?

O SR. TONY GROSS - É uma certa salada de frutas de questões, mas vamos lá.

Primeiro, quero comentar sobre essa questão de limites. Como o Ricardo mencionou, um número superimpressionante, milhões de pessoas, de concidadãos deste planeta foram tirados da pobreza nos últimos anos. Vemos isso com muita



clareza aqui no Brasil. Acompanho a implementação do programa Bolsa-Família e acredito piamente que é uma coisa ótima e que cria um círculo virtuoso. Você é de uma família paupérrima dos rincões do Nordeste, você recebe pouco dinheiro, mas um dinheiro regular por mês, e, com isso, sua vida muda. E você consome coisas de que precisa, que constituem uma vida decente, adequada. Com isso, você estimula a economia da mercearia na esquina, você acaba adquirindo geladeira, o que gera emprego para as populações urbanas de São Paulo, e por aí vai. É um círculo vicioso. Mas até que ponto? Onde é o ponto em que você vai ter que dizer para um cidadão ou para um país que esse patamar de consumo que ele está pretendendo agora é excessivo? Essa é a questão.

Tente, na prática, sugerir a um americano ou a um canadense que eles estão consumindo além do limite, que eles têm que limitar o seu padrão de consumo. Nós sabemos a resposta. E, politicamente, é óbvio. Estamos, no fundo, falando de questões filosóficas, conceituais, sobre o sentido da vida: o que constitui uma vida decente, como atender às expectativas dos nossos concidadãos, como criar um mundo solidário e tal.

Os Governos, os Parlamentares, os Legisladores, o sistema intergovernamental não estão preparados para discussões filosóficas. Não é por aí. Esse é o dilema. Não tenho a resposta, mas há um país que — quero entender melhor — acho que tem a resposta, que é Butão, com seu sistema de índices de felicidade nacional.

Parece uma coisa meio "riponga", mas não é. Pelo pouco que estudei, é uma coisa séria.

(Não identificado) - O Ministério da Fazenda britânico fez um estudo com os cidadãos.

O SR. TONY GROSS - Ah, é?

(Não identificado) - É. Saiu agora, há duas semanas, um estudo do Ministério da Fazenda britânico sobre esse tema, junto aos cidadãos britânicos.

O SR. TONY GROSS - Disso eu não sabia. No Butão, cada proposta de política pública tem que passar por um crivo matricial, que tem uma série de linhas, de perguntas horizontais e de colunas verticais. As colunas verticais, eu acho, são cinco: essa ação proposta não vai aumentar o grau de felicidade nacional; poderia



aumentá-lo; deixá-lo neutro; é capaz de aumentar a felicidade nacional; ou com certeza vai. São cinco colunas. Só pode ser adotada como política pública proposta que consiga a pontuação positiva nas últimas duas colunas. Imaginem se um país como o Brasil ou como os Estados Unidos adotasse isso.

O dilema é que há ideias. Há um livro que quero ler, mas não o li ainda, chamado *Prosperity Without Growth* — prosperidade sem crescimento —, de um economista britânico chamado Tim Jackson. Não vejo como poderíamos, politicamente, conceitualmente, facilitar a incorporação dessas ideias, sua adoção por governos e principalmente pelo setor privado. Não vejo como fazer isso politicamente, muito pelo contrário.

Retomando algo que mencionei na parte da manhã, o cenário, em termos do que foi feito pós-Rio 92, não é tão negro. No âmbito da Convenção da Biodiversidade, houve uma multiplicidade de ações. Como eu disse, 180 países cumpriram com sua obrigação de elaborar e tentar implementar uma estratégia nacional de biodiversidade nos seus territórios.

Existem muitos problemas: falta de recursos, falta de embasamento científico, falta de capacidade técnica, mas, que foram feitas tentativas de investimento, foram. Ao mesmo tempo, a Avaliação Ecológica do Milênio e o Global Biodiversity Outlook — o Panorama Global da Biodiversidade —, lançado no ano passado, comprovam, sem sombra de dúvida, que isso tudo, todo esse investimento, desde a entrada em vigor da Convenção da Biodiversidade, não teve um impacto significativo sobre as taxas de perda da biodiversidade, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, as consequências da perda da biodiversidade são mais graves do que estávamos imaginando. E está sendo largamente aceita, agora, a ideia de *tipping points*, de pontos de virada, depois dos quais vão acontecer mudanças não lineares, completamente imprevisíveis. Há bastante produção científica sobre isso, principalmente por um grupo da Suécia, mas também no âmbito das Nações Unidas, e isso tem implicações horrorosas para a própria sobrevivência da humanidade.

Vamos abrir um pequeno parêntese, uma pequena provocação. Talvez, ao longo dos últimos 30 ou 40 anos, o movimento ambientalista tenha cometido um erro tentando mobilizar a opinião pública em torno de espécies carismáticas, de espécies



de animais carismáticos, porque não se conseguiu embutir ou inserir na consciência pública que não se trata de espécies individuais, mas de cadeias de vida, de processos biológicos que são supercomplexos, largamente desconhecidos. Mexe-se com um elemento e há consequências lá na frente que jamais se imaginaria.

Agora, estamos chegando ao ponto em que, com essas mudanças imprevisíveis e não lineares, se continuarmos a perder a biodiversidade como estamos, nas taxas atuais, se o aumento da temperatura média do planeta continuar subindo, vamos entrar em um terreno completamente desconhecido, onde haverá riscos para a humanidade, onde não somente a possibilidade de se conseguir justiça social, equidade, bem-estar e uma boa vida será comprometida, mas a própria sobrevivência da espécie no planeta estará em jogo.

Isso remete a outra questão do movimento ambiental, que, durante muitos anos, teve como mote formas de como salvar o planeta. O planeta não precisa ser salvo, ele vai sobreviver. Somos nós que precisamos ser salvos. E, como todos sabemos, a maioria das espécies que existiam desde o início da vida biótica neste planeta já desapareceram. Todas as espécies são fadadas a desaparecer. A vida média é em torno de 1 milhão de anos para cada espécie ao longo da história. Então, o que está em jogo é se temos inteligência suficiente para retardar o nosso desaparecimento ou se somos burros ao ponto de acelerá-lo, fechando o parêntese.

A Adriana perguntou qual das opções que estão na mesa para o fortalecimento da governança internacional ambiental tem mais chances de vingar. É óbvio que a que tem mais chances é a opção que custa menos. Então, é a opção 5, que é, mais ou menos, o "vamos deixar como estar para ver como fica", tentar melhorar incrementalmente o sistema e tentar impor uma certa harmonização das estruturas existentes.

A título de informação, a posição oficial nas negociações da União Europeia é no sentido da criação de uma organização mundial ambiental, uma agência especializada, como a Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial do Comércio, com poderes vinculantes e com autonomia própria. A posição do Brasil, pelo menos o que foi anunciado na última reunião do comitê preparatório, em março, é o conceito de um guarda-chuva. Não está muito claro o que o Itamaraty tem em mente, mas é alguma estrutura ou alguma organização nova que passa a agir como



um guarda-chuva para os organismos, as convenções, os secretariados e os programas existentes.

Finalmente, se a conferência do ano que vem vai ser um fracasso, digo que nenhuma negociação, com raras exceções, é publicamente assumida como um fracasso. O produto, sendo um sucesso ou sendo um fracasso, é sempre o mesmo, é um texto. Então, que vai haver um texto, vai. A questão é saber se esse texto vai estar à altura das aspirações e das necessidades ou se vai empurrar o problema com a barriga por mais um tempo.

Vou tomar uma liberdade, porque achei uma citação de um livro de avaliação da conferência de 1992 escrito por um acadêmico que também era um diplomata britânico nas negociações: Tony Brenton, em *The Greening of Machiavelli*. (Risos.) É um parágrafo um pouco longo. Peço desculpas e a compreensão de todos.

Existe um ciclo de vida para as conferências da ONU. Cada conferência nasce da necessidade política de ser visto fazendo alguma coisa a respeito de um problema visível. O anúncio da conferência gera altas, embora imprecisas, expectativas públicas. Na medida em que as preparações prosseguem, fica claro para os negociadores, embora não para o público em geral, que as palavras, que, ao fim das contas, são tudo o que a conferência vai produzir, teriam que incluir um leque altamente divergente de posições nacionais, assim diluindo significativamente seu eventual conteúdo operacional.

Diferenças políticas do momento, que poderiam se interpor aos objetivos da conferência, complicarão e, possivelmente ou ocasionalmente, dominarão as negociações. Os governos vão alegar seus compromissos com o futuro bem-estar da humanidade, ao mesmo tempo, firmemente e, no seu ponto de vista, consistentemente, defendendo, em particular, seus interesses nacionais.

Na medida em que o período preparatório se esgote, os negociadores começarão a procurar algumas decisões concretas, geralmente institucionais ou financeiras, que poderiam ser utilizados para apaziguar o apetite público para ações concretas. A essas alturas, os discursos ministeriais estarão focando menos na importância única da conferência e muito mais no seu papel como parte de um processo. No período de pânico, no final do processo, textos de meio-termo são montados, nos quais uma língua generalizada, muitas vezes substituiu



compromissos precisos, mas nos quais vultosas somas de recursos e novas instituições visíveis farão, se possível, parte.

Esse pacote é apresentado ao mundo esperançoso, e os participantes retornam às suas capitais. Resta à imprensa cética a responsabilidade de avaliar o real impacto que todo esse investimento teria feito no problema que foi originalmente desenhado para resolver.

Como mencionei hoje de manhã, passei 20 anos nas negociações do Rio e depois na Convenção da Biodiversidade. Não é exagero.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Obrigada, Tony. Bom, não é por acaso que na Convenção do Clima fala-se tanto de emissões e nunca se permitiu e nunca se quis fazer a contabilidade de quanto se emite para realizar uma reunião da Convenção de Clima.

Ricardo, por favor, com a palavra.

O SR. RICARDO ABRAMOVAY - Eu estava vendo aqui, essa figura foi embaixador britânico na Rússia entre 2004 e 2008. Isso está na Wikipedia.

Patrícia, começa a haver uma certa clareza com relação a objetivos, mas muito menos com relação a mecanismos, mas eu não acho que o que esteja em jogo seja, por um lado, uma filosofia nobre, e, por outro lado, a triste realidade da vida. Não tenho absolutamente essa impressão, e não tenho essa impressão porque os temas que estamos abordando aqui estão presentes de maneira cada vez mais intensa, não só na academia, mas no mundo dos negócios, em organizações da sociedade civil, em organizações internacionais.

Então, vou dar alguns exemplos: nessa questão do Butão, de que o Tony estava falando, a coisa está muito mais avançada do que estava quando o grande expoente dessa discussão era o que se fazia lá. O Tony sabe disso perfeitamente. Hoje, a avaliação a respeito do que é riqueza, não só sobre quais são as medidas da riqueza, mas sobre o que é riqueza e qual o sentido da riqueza, está presente no Banco Mundial, quando procura elaborar indicadores de poupança genuína ou de riqueza genuína; está presente na fortaleza intelectual dominante do pensamento econômico mundial, que é a OCDE — várias publicações da OCDE; está presente em dois dos mais expressivos trabalhos. Nada mais insustentável do que uma sala de reunião sobre sustentabilidade. É uma coisa impressionante. Quer dizer, quando



se pega a literatura de arquitetura sobre sustentabilidade e como fazer reuniões em lugares aproveitando a luz natural, o ar natural, etc., a cada reunião que se vai há uma declaração de que, na verdade, continuamos fazendo as coisas como sabemos fazer.

Então, eu estava falando do Relatório Stiglitz, que é assinado pelo Prêmio Nobel de Economia Stiglitz, pelo Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, ele é endossado Pelo prêmio Nobel de Economia Kenneth Arrow, e não é um relatório que está discutindo apenas o PIB como medida de riqueza, mas ele está discutindo a importância do trabalho feminino, a importância do trabalho doméstico, a capacidade que a criação de riqueza tem de provocar bem-estar, etc. Portanto, não é que estamos numa situação, em termos intelectuais, na qual existe o Gandhi, existe Jesus Cristo, existem alguns pensadores proféticos que dizem como seria bom ter uma vida bacana. Não é isso. O que estamos vendo são mudanças muito significativas no interior de instituições dominantes que manifestam profunda insatisfação diante do que está sendo feito hoje. Isso, em primeiro lugar — e me parece muito importante.

O livro do Tim Jackson foi encomendado por uma comissão governamental britânica que foi dissolvida pelo governo de direita. Não sei se é assim que se fala de direita na Grã-Bretanha, mas aqui, nós, latinos, usamos essa expressão. O atual governo dissolveu quando era ministro um jovem brilhante e promissor, pelo qual tenho uma admiração profunda, que é o Miliband. O pai dos irmãos Miliband foi um marxista muito importante. Enfim, é uma família com uma história muito interessante.

Então, acho que o nosso maior desafio é saber como é que essa tentativa de mudar parâmetros e sentido da riqueza no plano macroeconômico pode se traduzir no plano dos comportamentos empresariais. Porque é óbvio que, se no plano macroeconômico nós nos perguntamos qual é o sentido da criação da riqueza e se ela realmente está produzindo bem-estar, do ponto de vista empresarial essa pergunta também tem de ser feita. Qual é o problema? O problema é o seguinte: se estivéssemos numa economia centralizada em que houvesse o Goss Plan dizendo o que é bom e o que não é bom fazer, a questão estaria resolvida. Só que se jogaria fora o bebê junto com a água do banho, como mostrou a experiência do século XX nos países de economia centralmente planejada.



O desafio é saber como, numa economia descentralizada, regida por mecanismos de preços e onde atores são providos do poder felizmente de tomar decisões em função de suas inclinações, de sua sensibilidade, etc., numa economia organizada assim, é possível que esses atores tomem decisões voltadas a produzir valores capazes de fazer bem-estar. Essa discussão — e eu citei o texto do Michael Porter como apenas um exemplo — parece-me cada vez mais presente no meio empresarial.

De um lado existe uma tentativa. Aí, sim, há uma disputa fantástica. Volto a citar o exemplo da Coca-Cola. Antes da propaganda hoje a respeito da reciclagem da água, ontem e anteontem havia nos jornais propaganda da Coca-Cola sobre o trabalho comunitário feito por ela: fulaninho de tal cresceu no lixão, hoje é um líder, não sei o quê. Ótimo, fantástico que se faça isso. A questão que a sociedade vai colocar e está colocando para a Coca-Cola cada vez mais está no vínculo entre o consumo de Coca-Cola e uma das maiores causas de enfermidades no mundo contemporâneo, que é a obesidade. A Coca-Cola sabe que essa questão está sendo colocada, tanto é que ela está diversificando sua linha de produção. Ela sabe que nos países ricos seu mercado não pode mais aumentar. No México, hoje, é onde ela mais está crescendo, mas também no Brasil. Ela tem uma política de transformar o consumo de refrigerante em algo que se associe a um consumo cotidiano. Não estou preconizando que se proíba a produção de refrigerante. O que estou dizendo é que existem certos produtos alimentares que a própria indústria alimentar será obrigada a dizer que aquilo não deve ser de consumo cotidiano, assim como na indústria de tabaco, que no maço está escrito que aquilo mata. Há 10 anos, isso era impensável. Hoje em dia está aí no mundo todo, está aí no Brasil. Temos uma batalha com relação à cerveja; à associação entre esporte e cerveja e a essa fantástica construção intelectual que permite propaganda de cerveja em horário incompatível com propaganda de bebida alcoólica. "Porque cerveja não é bebida alcoólica, gente. Que isso? Claro que não. Então, não tem nenhum problema os astros esportivos..." Isso tem perna curta, tem vida curta. Isso não vai durar. Isso não é sustentável. Não é que não seja sustentável do ponto de vista da sociedade. Não é sustentável do ponto de vista empresarial. Isso é uma mineração social que está sendo feita no pior sentido da palavra mineração.



A pressão de todos nós nesse sentido é fundamental. As empresas terão que se dar conta de que não é possível persistir num modelo de negócios no qual os ganhos sejam o avesso da criação de valores verdadeiros para a vida social. Já existem modelos de negócios explicitamente voltados para isso. E cito, já que citei empresas. Não conheço profundamente, mas o que tenho visto por exemplo de matérias sobre a Siemens, parece-me muito interessante. Uma empresa que se deu como objetivo estratégico ajudar no processo de transição em três óticas: cidades sustentáveis, infraestrutura e serviços para a sustentabilidade. Quer dizer, o ganho, não só reputacional, mas o ganho de valor que a Siemens tem potencialmente é fantástico.

O Japão tem um programa há uns 10 anos chamado Top Runner. Digitem no Google Japan e Top Runner. O Governo japonês fez um acordo com produtores e importadores de mercadorias no Japão para reduzir a intensidade energética daquilo que o país consome: carros mais eficientes, liquidificadores mais eficientes, lâmpadas mais eficientes, etc. Os ganhos de energia que o Japão teve foram extraordinários. E com o negócio do *tsunami*, o Japão se definiu, os planos governamentais, Tony, não são só do Ministério do Meio Ambiente, mas são planos estratégicos. Evidentemente não sei como dizer isso em japonês, mas se trata de uma sociedade sadia do ponto de vista do consumo de materiais, do ponto de vista do ciclo de materiais. Isso também se encontra na Internet.

Eu acho que o sentido de um automóvel de três toneladas e meia como aquele que provocou o acidente com o menino na Vila Madalena, o sentido de ter isso dentro da cidade de São Paulo não tem como a sociedade não exercer uma pressão sobre as empresas para que o sentido de vender uma coisa dessa para alguém. Por que uma pessoa precisa ter um negócio desse, circular com um negócio desse? O vínculo entre riqueza e utilidade está na raiz dessa discussão. Nós precisamos trazer de volta essa discussão, que foi desqualificada como uma discussão tradicionalista, autoritária etc..

E, para terminar, eu concordo com você, vai muito além de vontade política. É interesse, mas é também dificuldade de dependência de trajetória. Estamos acostumados a isso.



Luiz Mota, o Clube de Roma, certamente, cometeu exageros e cometeu erros de previsão. Mas só comete erros de previsão quem arrisca, quem é verdadeiramente cientista, quem faz hipóteses; e aí as hipóteses são feitas para eventualmente serem desmentidas. Houve erros, exageros. Agora, Malthus, o Clube de Roma, a Economia Ecológica Contemporânea estão colocando assento na ideia de que o engenho e a capacidade inventiva humana não são capazes, suficientemente, de substituir o esgotamento dos recursos naturais. Essa é uma discussão que, no interior da economia, é muito importante, e me parece que nós estamos assistindo hoje à convergência de duas correntes que evoluíram de maneira independente: de um lado, a corrente das capacitações, a Amartya Sen e a Martha Nussbaum etc.. e, de outro lado, a economia ecológica, que, justamente, faz o esforço de colocar a ética no centro da discussão sobre a economia.

A SRA. COORDENADORA (Adriana Hans) - Muito obrigada, Ricardo.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a reunião. Quero agradecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na pessoa do Deputado Carlos Alberto Leréia, Presidente; à Subcomissão Especial da Rio+20, na pessoa do Deputado Alfredo Sirkis; à assessoria da Comissão e à assessoria do Deputado Alfredo Sirkis, que colaboraram conosco; aos palestrantes e a todos demais os presentes.

Convido todos para o lanche que está servido para depois do encerramento.

Muito obrigada.